


PARECER JURÍDICO PARA ARQUIVAMENTO

	SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SUPRAM ASF	PAPELETA DE DESPACHO	N. 310/2019
			Data: 11/06/2019
		Documento Siam n.: 0342949/2019	
Empreendimento: COOPERATIVA DOS GRANJEIROS DO OESTE DE MINAS CNPJ: 21.483.359/0004-80		Município: Pará de Minas/MG	
Assunto: Arquivamento do Processo Administrativo n. 19791/2014/002/2014			
De: Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia – Gestor Ambiental		Unidade Administrativa: DRCP – Supram ASF	
Para: Guilherme Tadeu Figueiredo Santos -em substituição-		Unidade Administrativa: Superintendência - Supram-ASF	

Senhor Superintendente,

Trata-se de parecer jurídico para subsidiar o arquivamento do processo em epígrafe, com fulcro na Resolução do Conama n. 237/97 e no Decreto Estadual n. 47.383/2018, haja vistas as seguintes considerações:

Considerando que tramita nesta Superintendência Regional o processo administrativo n. **19791/2014/002/2014**, sendo o requerimento inicial para se obter a LIC –Licença de Instalação em caráter Corretivo, formalizado em 03/11/2014, tendo por interessado o empreendimento **Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas**.

Considerando que o aludido requerimento foi formalizado com base na Deliberação Normativa - DN do Copam n. 74/2004, com vista a regularizar a atividade de *industrialização carne*, enquadrada no código D-01-04-1, daquela norma;

Considerando, todavia, que a empresa solicitou expressamente o arquivamento do feito, haja vista a obtenção da licença mediante ato do ente municipal, de acordo com o protocolo R0029728/2019 (f. 371);

Considerando que, em decorrência do pedido da empresa e seu manifesto desinteresse pela continuidade do processo, foi elaborada a Planilha de Análise do Processo, às f. 377, na qual foram considerados todos os atos administrativos praticados nos autos pela Administração Pública, razão da emissão do DAE (DOC 49188953802263), na forma Resolução Conjunta Semad/IEF/Feam n. 2.125/2014;

Considerando que o aludido DAE não foi quitado pela empresa, como demonstra manifestação da gestora técnica.

Considerando a Instrução de Serviço Sisema n. 05/2017, editada em 27/04/2017 pela ASNOP – Assessoria de Normas e Procedimentos, que disciplina o procedimento de arquivamento de

processos de regularização ambiental;

Considerando, desta maneira, que a “*Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*” (Lei Estadual n. 14.184, de 31.01.2002), fato este consiste na completa perda de objeto por falta de interesse do empreendedor;

Considerando, por fim, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução do Conama n. 237, de 19 de dezembro de 1997 e art. 33, I, do Decreto Estadual n. 47.383/2018;

Considerando que houve análise das cláusulas do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, que as mesmas foram consideradas cumpridas pela análise técnica.

Recomenda-se o arquivamento do presente **processo administrativo n.19791/2014/002/2014, a pedido do Requerente**, com a publicação deste ato nos meios oficiais e notificação da decisão ao empreendedor, que deve proceder com a regularização ambiental do seu empreendimento acaso opte por operar suas atividades industriais, sob pena das sanções previstas no Decreto n. 47.383/2018.

Considerando ainda, que com a apresentação da licença ambiental municipal o presente feito perde o objeto e conseqüentemente seria arquivado *ex officio*.

Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais.

Após, devolvam-se os autos ao jurídico para encaminhamento do processo à AGE – Advocacia Geral do Estado para inscrição em dívida ativa dos valores pertinentes aos custos de análise.

9
Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia

GMASP 11316.073-4

Gestor Ambiental – Jurídico

Diretoria Regional de Controle Processual

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco



ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente – Supram/ASF, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Papeleta de Despacho n. 310/2019, que recomenda o arquivamento do feito pelos fatos e fundamentos legais expostos;

Considerando, desta forma, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução do Conama n. 237, de 19 de dezembro de 1997;

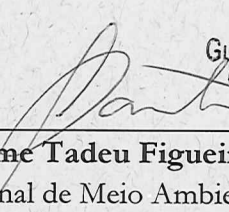
Considerando, por fim, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei Estadual n. 14.184, de 31/01/2002);

Determino, a pedido do interessado, o **arquivamento do Processo Administrativo n.19791/2014/002/2014**, de titularidade da empresa **Cooperativa dos Granjeiros do Centro Oeste de Minas**, com sede no município de Pará de Minas/MG.

Diante disso, adotem-se as seguintes providências:

- a) Publique-se o arquivamento dos autos, com a devida notificação ao empreendedor;
- b) Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, bem ainda a existência de passivo ambiental.
- c) Após devolvam-se os autos ao jurídico para encaminhamento do DAE à AGE – Advocacia Geral do Estado para inscrição em dívida ativa do Estado.

Divinópolis/MG, 11 de junho de 2019.


Guilherme Tadeu F. Santos
Gestor Ambiental/SISEMA
MASP: 1.595.599-2

Guilherme Tadeu Figueiredo Santos
Superintendente Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco
- Em substituição -

para pseudônimos
grata, 13/06/19

Marcela Anchieta M. G. Garcia
Gestor Ambiental / SISEMA
MASP: 1.316.073-4